Falta autonomia à Comissão do DF

Sérgio M. Garschagen
da Editoria de Cidade

Do grupo de 11 senadores que compõem a Comissão do Distrito Federal, apenas quatro se prontificaram, esta semana a responder algumas perguntas do *Jornal de Brasília* sobre os principais problemas da cidade. Das quatro respostas, três chegaram a uma mesma conclusão: a Comissão poderia ser mais dinâmica no trato dos assuntos concernentes à cidade mas, por motivos regimentais, não tem poderes suficiente para tal.

O senador Otair Becker (Arena-SC) nota que as atribuições da comissão são limitadas. Poderia, como ele afirma, ter uma ação política mais eficiente, embora lembrando que no antigo Distrito Federal a experiência com uma Câmara de Vereadores foi negativa.

Já o senador Adalberto Sena (MDB-Acre) é a favor de uma representação popular brasiliense. Esta crença levou-o mesmo a apresentar um projeto de lei, atualmente em estudos na Comissão de Constituição e Justiça, com o objetivo de tornar possível o exercício do voto pelos eleitores de Brasília nas eleições para deputados e senadores. Entretanto, os votos seriam transferidos para os Estados de origem dos eleitores locais. Pessoalmente, Adalberto Sena não acredita na possibilidade de uma Câmara de Vereadores em Brasília. Para ele, "a preferência dos atuais detentores do poder pelo modelo político norte-americano, no qual se inspirou, a esse respeito, a corrente dominante na elaboração da Constituição de 67 me faz acreditar que a cidade não terá representação nem mesmo na Câmara".

Conforme frisa o senador, o regimento interno do Senado não trata explicitamente da maneira pela qual deva ser exercida a fiscalização dos atos do Distrito Federal.

Para Renato Franco, da Arena do Pará, a disciplina partidária ("escravatura branca") é que faz com que os problemas de Brasília tenham pouca repercussão no Senado.

A DEFESA PARA A REPRESENTAÇÃO

Cansada e um tanto quanto desanimada, a irmã de caridade desfila vagarosamente pelos corredores da Câmara e do Senado. Na mão, um maço de cartas mimeografadas, já bastante amassado. Ela procura donativos para uma das instituições filantrópicas do Distrito Federal.

São 359 gabinetes de deputados que ela percorre vagarosamente, recitando a sua ladaíinha já decorada. Vez por outra, chega mesmo a sentar para descançar. E desabafa com o secretário parlamentar ocupado:

— A verba destinada aos parlamentares pelo Governo destina-se essencialmente a ser distribuída para instituições que prestam serviços à sociedade. Mas, todos têm a mesma desculpa para mim: têm que atender aos seus eleitores nos seus respectivos Estados de origem. Apenas algumas migalhas ficam para Brasília.

Ano passado, ela confessa, recebeu quatro mil cruzeiros para as crianças de Sobradinho. Toda a verba do Governo — 500 mil cruzeiros para cada deputado — é enviada para fora de Brasília. Se tivéssemos representantes populares, ela diz, a nossa situação seria melhor.

Ainda no Congresso, são poucos os problemas do DF levantados por um outro deputado. As reivindicações dos moradores do DF — que já tem mais de um milhão de habitantes — só podem ser feitas única e exclusivamente através da imprensa que, evidentemente, não cobre e nem sabe muito bem dos problemas de cada cidade-satélite.

Em cada Secretaria do Governo do DF, há uma equipe encarregada de recortar os jornais que trazem notícias concernentes aos problemas de cada setor da administração. As denúncias entram em fila para ser apuradas e corrigidas, mas não há, como na Câmara e no Senado, alguém que peça ao Governo do DF, para solucionar e melhorar as cidades-satélites, falando como representante local.

Uma técnica do Governo revelou que há muita dificuldade em conhecer os problemas destas cidades-satélites devido à desconfiança natural das populações de baixa renda, que confunde as perguntas formuladas e acham que atrás do papel vêm mais impostos, mais obrigações.

— O trabalho seria melhor realizado, diz a técnica, se os problemas das comunidades mais pobres fossem levantados por pessoas que vivessem no próprio local e que, por isso, tivessem a confiança dos moradores. Desta forma, os problemas chegariam às secretarias do GDF de maneira mais fácil de ser solucionados.